OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA VINCULADA AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

*Cibele Borges da Costa*¹

*Fábio Lasserre Sousa Borges*²

RESUMO

Por intermédio do presente estudo elucidam-se a obrigação de pagar quantia vinculada ao direito das obrigações, tendo por escopo analisar as obrigações de pagar dinheiro partindo de sua natureza jurídica, averiguando se o dinheiro pode ser tratado como “coisa”, bem como, sua atual identificação. Apresentam-se os conceitos a partir de análises das fontes normativas no tocante ao tema, bem como seus desdobramentos de forma a desenvolver persecução quanto à correta e apropriada distinção entre coisa certa e incerta. Ressalta-se a importância de apresentar as formas de pagar dinheiro nas diversas relações obrigacionais e ainda demonstrar que a segurança jurídica no caso de inadimplemento frente a alguma obrigação pode ser reafirmada. Procurou-se demonstrar a importância das obrigações pecuniárias para o meio patrimonial de cada pessoa e as condições sociais percebidas hodiernamente. A problemática que envolve as obrigações de solver dívidas em dinheiro demonstra uma inestimável magnitude no que tange às relações sociais e patrimoniais de credor e devedor. Assim, pode-se dizer que as obrigações pecuniárias têm um papel fundamental na concretização do meio patrimonial individual, bem como, do ordenamento jurídico pátrio. O estudo foi realizado através de revisão bibliográfica de caráter explicativo e comparativo, abordagem qualitativa e método de pesquisa exploratório.

Palavras-chave: Direito. Relação Obrigacional. Obrigação Pecuniária.

¹ Acadêmica do nono período de Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento. Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia.

1 INTRODUÇÃO

Por intermédio do estudo em comento desenvolve-se abordagem acerca das obrigações que envolvem a prestação de dinheiro para solver determinada dívida, posto que, demonstram cada vez mais recorrentes na atualidade e ainda contribuem de forma significativa para o meio patrimonial de cada indivíduo. Além disso, interferem diretamente na vida social, econômica e na produção de serviços. Os direitos obrigacionais sofreram considerável e perceptível mudança desde a antiguidade, sendo que nos tempos mais remotos o devedor muitas vezes respondia por suas dívidas através de sua própria vida.

O título apresentado anuncia as pretensões e metas que se pretende alcançar cabendo a compreensão clara a ser desenvolvida, no qual apontam-se as obrigações que circundam o dinheiro, em que este, inclusive determina e conduz todos os aspectos de nossa vida. Observa-se assim, que o direito das obrigações possui algumas relações jurídicas em que intitulam como direitos pessoais ou obrigacionais, assim ele atinge somente a junção de conteúdo relacionada ao meio patrimonial de pessoa para pessoa, colocando frente a frente credor e devedor, sendo que aquele terá direito de requerer a prestação, e este estará submetido ao dever de adimplir.

Percebe-se a importância que as obrigações pecuniárias assumiram em nossa atual realidade e assim a finalidade do presente trabalho assenta-se na construção de argumentos e visa discutir acerca de sua atual classificação e ao final recomendar determinada possibilidade que preencha tal lacuna que se encontra no Código Civil Brasileiro.

Deste modo o conjunto de questões que envolvem as obrigações de solver dívidas em dinheiro demonstra incomensurável relevância no que tange às relações sociais e assim o foco deste estudo está em analisar os artigos 233 ao 246 do Código Civil (CC) e, partindo de tal pressuposto, surge a seguinte problemática: Na sistemática das obrigações de dar, pode-se dizer que o dinheiro em si pode ser tratado como “coisa” e caso ocorra essa possibilidade, qual seria sua identificação: coisa certa ou incerta?

Deste modo o estudo apresentou as seguintes hipóteses: a) na hipótese do dinheiro ser considerado coisa certa com fulcro nos artigos 234 a 236 CC, a “culpa” poderá ser reconhecida independentemente de sua situação; b) sendo o mesmo apontado como “coisa”, nesse caso poderão ser aplicadas as regras descritas nos artigos 243 a 246 CC; e c) pressupõe-se que a obrigação de pagar quantia está diretamente ligada aos meios obrigacionais, logo, nessa hipótese a mesma necessita de um suporte processual.

Assim, através de um referencial bibliográfico e ainda pesquisa documental, o objetivo deste estudo fora analisar as obrigações de pagar dinheiro partindo de sua natureza jurídica averiguando se o dinheiro pode ser tratado como “coisa”, bem como, sua atual identificação. Também apresenta-se os conceitos a partir de análises das fontes normativas no tocante a coisa, bem como, seus desdobramentos de forma a desenvolver persecução quanto à correta e apropriada distinção entre coisa certa e incerta; além de ressaltar a importância e apresentar as formas de pagar dinheiro nas diversas relações obrigacionais e, ainda demonstra-se que a segurança jurídica no caso de inadimplemento, frente a alguma obrigação, pode ser reafirmada.

2. ORIGEM HISTÓRICA DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

O Direito Romano representa a gênese de diversas modalidades e dos mais variados institutos jurídicos; dessa maneira, tratando-se dos direitos obrigacionais podemos salientar que o Direito Romano teve forte participação nas mais variadas doutrinas de inúmeros legisladores que adotaram tal regulação.

Salientamos assim toda a história do “contrato” que advém do Direito Romano, estendendo-se para a Idade Média. O Direito Romano não adotou/reconheceu a palavra “obrigação” em épocas mais remotas, entretanto, fazia uso da prática de suas prerrogativas. É cediço que nesta época surge a primeira ideia de conexão entre dois sujeitos. Logo, Farias e Rosenvald (2008, p. 34) afirmam:

Desde as Institutas romanas, já se podia pinçar a ideia fundamental de obrigação como sendo o vínculo jurídico que adstringe necessariamente a alguém, para solver alguma coisa, em consonância com o direito. Já era possível, pois, perceber que o núcleo essencial da obrigação era o vínculo existente entre o credor e o devedor, pelo qual um poderia exigir, coercitivamente, do outro, uma prestação.

Assim sendo, o referido período ocorre de modo fragmentado em fases, sendo: *Nexum*, *Contractus*, *Pactum* e as *Constituições Imperiais*.

O *Nexum* se caracteriza por ser considerado o mais antigo contrato romano, realizado de maneira formal, representando a primeira etapa a ser de fato consumada para que existisse algum tipo de vínculo contratual entre dois sujeitos, nessa espécie de contrato, se o devedor não cumprisse sua obrigação frente ao credor, ele deveria pagar a dívida através de trabalho escravo, ou, em casos mais extremos, pagar a dívida com seu próprio corpo. Esse contrato por si só já

possuía força executiva fazendo com que dessa maneira ocorresse a submissão do devedor frente ao credor. (ALVES,1999).

Logo em seguida observa-se o advento do *Contractus*, que se manifestou juntamente com o *jus civiles romanorum* (Direito Romano, no qual se incluía religião e meios jurídicos como meio de disciplina para os cidadãos romanos), o *Contractus* correspondia apenas a contratos reais e formais. (ALVES,1999).

Além do *Nexum e do Contractus*, no decorrer do Direito Romano, verifica-se ainda o *Pactum*; tal acordo se caracteriza pelo fato do devedor não ter nenhuma obrigação de se responsabilizar pelo acordo feito perante o credor. (ALVES,1999).

Consequentemente, através das Constituições Imperiais da Antiguidade, que o *contractus*, volta à tona, criando assim a teoria dos contratos frente as mais inúmeras possibilidades de obrigações existentes que permanecem mesmo hodiernamente. (ALVES,1999).

Neste contexto, por ocasião do século XIX é que, de fato, se manifesta de maneira sólida a força contratual e deste modo enfatiza que o direito das obrigações possui alta relevância para o correto desempenho no mercado econômico, proferindo regras que são imprescindíveis nas relações obrigacionais. Logo, Duque (2007, p. 259) advogada, Doutora e Mestre em Direito Civil, leciona que:

Podemos afirmar que o direito das obrigações exerce grande influência na vida econômica, em razão da inegável constância das relações jurídicas obrigacionais no mundo contemporâneo. Intervém este direito na vida econômica, nas relações de consumo sob diversas modalidades e, também, na distribuição dos bens.

Desse modo, nota-se que os vínculos sociais se tornaram complexos na atualidade se comparados com a época romana, posto que, de acordo com a visão sociológica, o direito deve sempre acompanhar o progresso da coletividade. Segundo Elder Costa (2007, p. 85):

O funcionamento da sociedade dava-se de forma que se um indivíduo cometia um crime, as explicações para a sua punição estavam nos deuses”. Determinada lei teria todo fundamento se fosse profetizada por um sacerdote, que visasse a cautela das penas aplicadas pelo deus venerado. Não haveria questionamento a servidão ou ao absoluto poder se a justificativa fosse divina.

Insta salientar que alguns juristas como a Maria Helena Diniz e Flávio Tartuce consideram que o Código Civil Brasileiro de 1916, possuía e valorizava o individualismo e consequentemente por força do Novo Código Civil de 2002 aconteceu a ruptura desse meio

individualista, concebendo assim a força dos contratos com o objetivo de proteger sua própria função contratual e o bem comum do indivíduo.

3. AUTONOMIA CONCEITUAL DE PAGAR QUANTIA NO SISTEMA BRASILEIRO

Certificando o mérito que as obrigações, inclusive obrigações pecuniárias, assumiram no mundo moderno, julga-se que o Código Civil/2002 não anuncia taxativamente em qual categoria tal obrigação se encontra, no entanto de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), obrigação se caracteriza como “ação de obrigar ou fato de se estar obrigado a fazer uma ação”, porém para o Direito, “obrigação” obtém um significado mais profissional, se substanciando em determinada relação que envolva duas partes, ou até mais, que se presumem em dois polos distintos, sendo uma parte atuante como credora e a outra como devedora de tal obrigação, tais partes constituem os sujeitos da relação obrigacional.

No direito romano a definição para tal instituto (obrigação) se baseava, desde critérios que estavam ligados em razão da posição do devedor, até o seu objeto obrigacional. Alves (1999, p. 375) em obra peculiar leciona: “A obrigação é um vínculo jurídico pelo qual estamos obrigados a pagar alguma coisa, segundo o direito de nossa cidade”.

Neste diapasão Flávio Tartuce (2008, p. 6), advogado e Mestre em Direito Civil Comparado, leciona que:

Obrigação é a relação jurídica transitória, existente entre um sujeito ativo, denominado credor, e outro sujeito passivo, o devedor, e cujo objeto consiste em uma prestação situada no âmbito dos direitos pessoais, positiva ou negativa. Havendo o descumprimento ou inadimplemento obrigacional, poderá o credor satisfazer-se no patrimônio do devedor.

Além dos sujeitos, são também elementos do meio obrigacional, o objeto, que se caracteriza de duas maneiras, sendo direto ou indireto (o que será feito) – e ainda o seu vínculo obrigacional.

O objeto direto “imediato”, se caracteriza sendo a própria prestação em si, que se diferenciará em ação positiva frente a determinada parcela por parte do devedor (dar e fazer) destaca-se que esta distinção será abordada adiante.

Contudo, se faz necessário esclarecer que a prestação se distingue da obrigação, posto que, não ocorrerá indistintamente em todas as ocasiões que a prestação possua cunho patrimonial, ex: determinada pessoa firma compromisso frente a outra de não prestar atividade ou construção próximo a determinado estabelecimento, logo, não se pode dizer que essa obrigação não possui meio patrimonial, visto que, caso a decisão não seja cumprida, é possível que o indivíduo que sofreu tais consequências tenha o seu dano reparado, assim se o mesmo exigir em juízo a sua reparação, esta deverá ser preenchida com o patrimônio do inadimplente. Segundo Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2018): “A patrimonialidade da prestação, objetivamente considerada, é imprescindível à sua caracterização, pois do contrário, não seria possível atuar a coação jurídica, predisposta na lei, para o caso de inadimplemento”.

Desse modo, verifica-se ainda o vínculo obrigacional, intitulado também de vínculo espiritual/imaterial, que corresponde ao elemento que faz a junção entre o devedor e o credor, fazendo assim com que o primeiro cesse a sua dívida perante o segundo, caracterizando portanto o vínculo obrigacional que torna obrigatório o cumprimento da suposta obrigação.

Salienta-se a existência de inúmeras discussões sobre a essência do objeto de uma obrigação, Washington Barros Monteiro (2003, p. 20) explana que alguns códigos cuidaram de definir a obrigação, tais como, o Código de Obrigações da Polônia, “Art. 2-1°. *Dans le fait par le débiteur de s'engager envers le créancier a effectuer une prestation* (Em razão da obrigação o devedor compromete-se a realizar uma prestação ao credor)”, e o Código Civil Alemão em seu art. 241, já traduzido, “Em virtude da obrigação o credor tem o direito de exigir do devedor uma prestação”, por sua vez, José Carlos Moreira Alves (1999), menciona que para muitos autores a prestação não seria o objeto de uma obrigação, mas sim, o seu conteúdo. Frente a esses notórios debates, aborda-se no presente trabalho a ideia inicial e tradicional, que inclusive se encontra consolidada em nosso ordenamento jurídico.

3.1 ESPÉCIES DE PAGAMENTO NO SISTEMA BRASILEIRO

No que tange ao pagamento concebe-se a compreensão de que este seria a efetivação da prestação por parte do devedor e a eliminação da obrigação. Qualquer interessado na extinção da obrigação poderá efetua-la, portanto é indiferente que o pagamento dessa obrigação seja feito pelo próprio passivo da relação (devedor), ou ainda por uma terceira pessoa interessada nessa relação obrigacional.

Entretanto, caso a dívida seja efetuada através do próprio devedor a mesma se extingue imediatamente e caso a dívida seja efetuada por um terceiro interessado ela apenas será extinta com relação ao credor, sendo que, nesse caso, a dívida continua a existir entre o devedor principal e o terceiro interessado que realizou o suposto pagamento.

O pagamento deverá ser realizado em regra no domicílio do devedor a não ser que tal situação resulte alguma circunstância, como dispõe o Art. 327 do Código Civil. “Art. 327. Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias” (BRASIL, 2002).

Neste diapasão Maria Bernadete Miranda (2008, p. 147), aponta algumas espécies de pagamento que estão relacionadas ao direito das obrigações;

Pagamento Real: Se caracteriza pela obrigação se extinguir através da efetivação da prestação por parte do devedor sem que ocorra nenhuma limitação em relação ao tempo da dívida.

Pagamento com Sub-rogação: Nessa espécie de pagamento, uma terceira pessoa efetuará o pagamento para o credor e não a primeira, dessa maneira fica notório que quando uma terceira pessoa extingue a dívida de outra a mesma passa a ter as mesmas garantias de reclamação com o primeiro devedor, que agora passa a ter uma obrigação com uma terceira pessoa.

Pagamento em Consignação: Se caracteriza por ser um meio através do qual o devedor se libertará de suposta dívida por meio de depósito bancário ou judicial em relação ao credor.

Transação: Se caracteriza por ser um acordo entre as partes, sendo que o credor entende que deve receber determinada quantia em dinheiro e ao mesmo tempo o devedor compreende que sua dívida é de valor contrário. Nesse caso acontece um acordo entre as partes para estipularem o valor da obrigação

Pagamento por Imputação: Caso todas as prestações estejam vencidas e líquidas o devedor tem a possibilidade de mencionar ao credor qual deseja quitar.

Neste sentido, Orlando Gomes (2007, p. 218) disciplina que:

Se, por vários títulos de dívida líquidos e certos, já vencidos, devo a alguém cinquenta, cento e cinquenta e duzentos reais, e ofereço em pagamento de importância inferior à soma dos débitos, importa saber, no caso de o credor aceitá-la, em qual destes deve ser imputado o pagamento.

Ainda cabe ressaltar que o objeto do meio obrigacional deve ser sempre significativo, sendo assim o interesse do devedor pode ser fora de cunho patrimonial mas a sua maneira de cessar a prestação deve ser suscetível de dinheiro. Assim, o objeto da prestação deverá ser sempre de cunho econômico, inclusive em casos que envolvam danos morais, como menciona

o Superior Tribunal de Justiça: “O direito de ação por dano moral é de natureza patrimonial e, como tal, transmite-se aos sucessores da vítima” (BRASIL, 2010).

4. CATEGORIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Vislumbra-se destacar que as obrigações são classificadas em obrigações de dar coisa certa e coisa incerta. Referida classificação é de suma relevância posto que, cada qual possui maneira diferente para que se efetue a obrigação a ser desempenhada com base no código, inclusive as obrigações que envolvam dinheiro perante as partes. Dessa maneira Carlos Roberto (2017) em obra peculiar leciona:

Várias são as modalidades ou espécies de obrigações. Podem elas ser classificadas em categorias, reguladas por normas específicas, segundo diferentes critérios. Essa classificação se mostra necessária, para enquadrá-las na categoria adequada, encontrando aí os preceitos que lhes são aplicáveis.

Em observação à delimitação temática, parte-se a análise introdutória da obrigação de dar. Nesta esteira, Monteiro (2003, p. 50) expõe que:

No direito romano a tríade classificatória, consistia em *'dare'*, *'facere'* e *'praestare'* (este último com sentido contraditório). Concernente a obrigação de dar (*dare*), abrangia-se nessa categoria toda obrigação que tivesse como finalidade entregar alguma coisa ou quantia, logo, partia-se do princípio de transferência de uma propriedade ou outro direito real, nestes termos, tem-se que o alcance desta modalidade restringia-se aos direitos pessoais, sendo que, a *'tradição'* era essencialmente o instrumento de sua efetivação

Entretanto, no direito brasileiro, como muitos da América do Sul, tal como a Argentina, seguiu modelo romano de classificação, fazendo com que o Código Civil (BRASIL, 2002) dispensasse a expressão *"praestare"* e instaurasse o *"non facere"*, como espécie da *"obrigação de dar"*, e dessa maneira se fez uma junção distinguindo em *"coisa certa, que se refere a algum objeto que já se encontra determinado"* ou *"coisa incerta, que faz referência a algo que é indeterminável, mas que deve ser apontado a sua quantidade e o seu gênero"*.

Carlos Roberto Gonçalves (2001, p. 454) menciona:

A solidariedade, independe da divisibilidade ou da indivisibilidade do objeto da prestação, porque resulta da lei ou da vontade das partes (CC, art. 265). Se existirem vários devedores solidários passivos, cada um deles responde, perante o credor, pela dívida inteira (...) O devedor que cumprir sozinho a prestação pode cobrar, regressivamente, a quota-parte de cada um dos codevedores (CC, art. 283).

Portanto a obrigação de dar se caracteriza por ser a obrigação de entregar/transferir alguma coisa, (transferir a titularidade ou a posse, ou ainda restituir/devolver a posse) essa mesma obrigação se encontra no Código Civil artigo 233 até 246, apresentando assim suas divisões.

4.1 OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA

Compulsando o Código Civil pátrio, observa-se que este não faz menção expressa que permita compreender o significado e extensão da obrigação de dar coisa certa, porém alguns doutrinadores avançam no sentido de formular construções próprias. No tocante à conceituação, evidencia-se através de doutrinas que a obrigação de dar coisa certa está direta e intimamente ligada a algo que é individual e infungível, ex; automóvel; dessa forma o instrumento que faz ligação entre devedor e credor, caso seja quebrado se tornaria algo impossível de ser modificado e conseqüentemente realizado. Neste sentido o art. 313 do CC, salienta que “O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa”.

O Código Civil dispõe em seu artigo 235 e 236 alternativas caso a coisa seja, esteja deteriorada sem culpa do devedor, ou ainda utilizando de sua culpa sendo:

O credor poderá resolver essa suposta obrigação sem o seu justo direito a perdas e danos, pois a culpa não foi intitulada no referido caso, ou ainda poderá acatar a “coisa” diminuindo o seu montante de acordo com aquilo que se perdeu. De acordo Sílvia Venosa, professor e escritor de direito civil (2008, p. 162);

A obrigação pecuniária é uma obrigação genérica, de coisas fungíveis, sendo, portanto, modalidade de obrigação de dar, que tem por objeto o dinheiro, denominador comum da Economia. Porém, só será pecuniária as obrigações que tenha por objeto moeda corrente, pois, caso contrário, serão consideradas obrigações de dar coisa certa (moedas raras, por exemplo).

Caso exista a culpa o credor terá por direito reivindicar o preço que já foi pago, ou ainda acatar a coisa já deteriorada, podendo reclamar acerca de supostos prejuízos percebidos.

Nesta esteira o Conselho da Justiça Federal (CJF), disciplina que;

A obrigação de creditar dinheiro em conta vinculada de FGTS é obrigação de dar, obrigação pecuniária, não afetando a natureza da obrigação a circunstância de a disponibilidade do dinheiro depender da ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 20 da Lei n. 8.036/90 (BRASIL, 2002).

Neste diapasão corrobora Flávio Tartuce (2014, p. 262), apresenta para tanto explanação sintetizada acerca de tal interpretação:

Obrigação de dar → Perda → S/Culpa = Se resolve a obrigação para ambas as partes → C/Culpa = Credor pode exigir o valor equivalente.
 Obrigação de dar → Deterioração → S/Culpa = O credor aceita a “coisa” ou resolve a obrigação → C/Culpa = O credor exige ou aceita a “coisa” com o abatimento do preço mais suas perdas e danos.
 Restituir → Perda → S/Culpa = Resolve-se a obrigação para ambas as partes → C/Culpa = Credor pode exigir o valor equivalente.
 Restituir → Deterioração → S/Culpa = O credor Recebe a coisa no estado em que se encontra → C/Culpa = O credor exige ou aceita a “coisa” com o abatimento do preço mais suas perdas e danos.

Neste sentido, elucida o doutrinador Álvaro Villaça Azevedo (2004, p. 56):

Quando a lei usa o termo equivalente, quer mencionar o equivalente em dinheiro, de maneira que, havendo perecimento com culpa do devedor, deve este entregar o equivalente em dinheiro, correspondente ao valor do objeto perecido, mais indenização referente ao prejuízo sofrido.

Em que pese a ausência de preceituação e definição direta por força do ordenamento jurídico pátrio percebe-se que a lacuna mesmo que não tenha sido preenchida por via legal encontra na doutrina guarida apresentando elementos que fundamentam e estruturam a compreensão quanto à obrigação de dar coisa certa.

4.2 OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA

A obrigação de dar coisa incerta diz respeito à obrigação que não é especificada em seu acordo. Art. 243 CC, “A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade”. Vale salientar as palavras de Flávio Tartuce (2008, p. 33), “Uma coisa incerta não quer dizer qualquer coisa, mas coisa indeterminada, porém suscetível de determinação futura”. Ressalta-se ainda a análise de Álvaro Villaça Azevedo, citado por, Gonçalves (2011, p. 78), “se evidencia a não técnica da indicação do gênero, desde o C.C de 1916”.

A incerteza não significa propriamente uma indeterminação, mas uma determinação genericamente feita. São obrigações de dar coisa incerta: entregar uma tonelada de trigo ou um milhão de reais. A coisa é indicada tão somente pelos caracteres gerais, por seu gênero. O que a lei pretende dizer ao referir-se à coisa incerta é fazer referência a coisa indeterminada, mas suscetível de oportuna determinação (Código Civil Interpretado, 2 ed., p. 327).

Na obrigação de dar coisa incerta, ao contrário da obrigação de dar coisa certa, não existe uma ideia pronta sobre o referido instrumento porque o mesmo ainda não foi determinado, entretanto é necessário que ocorra a determinação quanto ao objeto, e conseqüentemente, nessa obrigação essa determinação estará acompanhada da formação do referido acordo, assim essa espécie de obrigação também pode ser denominada obrigação futura.

Insta destacar a existência de alternativas para que se execute delimitação em relação ao gênero na referida obrigação, como por exemplo; “a obrigação de dar utensílios de determinada marca a alguém”, logo continuaremos com o objetivo de verificar se a prestação em dinheiro se enquadraria nesse mesmo contexto, independente da causa, meio, ou quantia.

Em relação à perda da coisa, o Código Civil em seu art. 246, menciona que “Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito”. Isso ocorre em função dessa prestação não se tornar impossível justamente pelo fato de sempre existir algo que se encaixe ao objeto dessa obrigação.

Diante disso, em resumo conforme dispõe Caio Mário da Silva Pereira (2010, p. 78), o mesmo classifica prestação pecuniária como acessório às obrigações de dar coisa, da seguinte maneira:

Quadro 1: Classificação de prestação pecuniária

Classificação	
Obrigação de dar e restituir coisa certa	Obrigação de dar coisa incerta
Quanto aos elementos não fundamentais	
Prestação de juros	Prestação pecuniária

Fonte: PEREIRA (2010, p. 78)

Nesta vertente Maria Helena Diniz (2003, p. 69) prevê a classificação da obrigação de solver dívida em dinheiro como obrigação de dar, porém utiliza espécie apartada das obrigações de dar coisa certa e incerta.

Quadro 2: Classificação da obrigação de solver dívida

Espécies da prestação de coisa		
Obrigação de dar coisa certa	Obrigação de dar coisa incerta	Obrigação de solver dívida em dinheiro

Fonte: DINIZ (2003, p. 69)

Assim, percebe-se a manutenção da estabilidade sem sofrer alteração na classificação no tocante ao dinheiro e do meio financeiro, o que se observa são as classificações das relações pecuniárias com vínculo ao seu conteúdo que pode ser caracterizado como obrigação de dar. Em apertada análise não vislumbra-se o enquadramento da norma de dar coisa certa ou incerta sobre as obrigações pecuniárias. Diante do que fora evidenciado elucida-se qual área obrigacional o dinheiro se engloba, bem como, a viabilidade e possibilidade de que seja tratado como coisa.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as obrigações de pagar dinheiro partindo de sua natureza jurídica averiguando se o dinheiro pode ser tratado como “coisa”, bem como, sua identificação, coisa certa ou incerta.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os conceitos a partir de análise das fontes normativas no tocante a coisa, bem como, seus desdobramentos de forma a desenvolver persecução quanto à correta e apropriada distinção entre coisa certa e incerta;
- Ressaltar a importância e apresentar as formas de pagar dinheiro nas diversas relações obrigacionais, bem como, identificar problemas relacionados às obrigações pecuniárias;
- Demonstrar que a segurança jurídica no caso de inadimplemento frente a alguma obrigação pode ser reafirmada.

6. METODOLOGIA

Para confecção deste trabalho foi realizado uma revisão bibliográfica de caráter explicativo e comparativo, possuindo abordagem qualitativa. Também foi utilizado o método de pesquisa exploratório; que é utilizado nos casos em que é necessário definir o problema com maior precisão. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa, ela foi classificada como bibliográfica, já que segundo Gil (2008, p. 51), as pesquisas bibliográficas consistem na utilização de livros, dissertações, teses e artigos.

A pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas *online*, com exceção de artigos científicos, livros, dissertações, dentre outros e da Biblioteca da UniRV – Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia, pertinentes ao tema.

7. ANÁLISES E DISCUSSÃO

Sabe-se que o direito obrigacional se caracteriza por consistir em relação jurídica existente entre duas ou mais pessoas denominadas credores e devedores. Nesta o instrumento se constitui de determinada prestação que se encontra na esfera dos direitos pessoais, pois se trata da ação ou omissão da parte contrária e, caso ocorra a inadimplência, o credor estará em seu pleno direito de se satisfazer da área patrimonial do devedor (TARTUCE, 2008).

Notadamente vale lembrar que coisa certa se caracteriza por ser individualizada quando ocorre distinção do objeto mencionado. De outra banda, coisa incerta se define como elemento que ainda não é determinado, mas suscetível de determinação, cabendo identificar à quantidade e gênero do objeto mencionado.

Segundo Houaiss (2009) dinheiro é apenas meio de troca de bens e serviços controlados, e o governo de cada país estipula seu valor, fazendo com que seu detentor tenha capacidade de conquistar bens ou, até mesmo, solver dívidas. Nesse contexto, Carlos Roberto Gonçalves (2011) defende que nessa concepção o dinheiro não se enquadraria como coisa certa ou incerta.

Maria Helena Diniz (2007), preleciona que dívidas pecuniárias são, na verdade, espécies das obrigações de dar, porém não faz menção em qual área referidas obrigações se inserem e garante que não compete afirmar que tal instrumento seja tratado como coisa certa ou incerta, posto que, se trata de obrigação de soma e valor monetário. Entretanto, configuraria elevada carga de relativismo dizer em qual área apartada essas obrigações pecuniárias se encaixariam dependendo de cada situação e modalidade em que se encontre.

No entendimento de Washington de Barros Monteiro (2003), as obrigações pecuniárias são caracterizadas como obrigações de dar, mas em contrapartida não se pode fazer menção de que tais obrigações sejam denominadas novamente como coisa certa ou incerta.

No que diz respeito ao objeto das relações pecuniárias existe ampla discrepância em doutrinas, o estudo de Orlando Gomes (2007), elucida que as dívidas pecuniárias se encaixariam como espécie das obrigações de dar coisa incerta, pois resulta em indenizações e interesses específicos para o credor, entretanto entende-se que a dívida pecuniária não possui natureza totalmente específica.

Neste contexto, Pereira (2010), garante que não é possível dizer com total precisão em qual modalidade se engloba e se qualifica as obrigações quando se trata de dinheiro. No entendimento de Álvaro Villaça Azevedo (2004), a obrigação pecuniária configura apenas obrigação autônoma de entregar determinada quantia em dinheiro para solver suposta dívida, culminando na liberação do devedor frente ao credor.

Dessa maneira, percebe-se que existem inúmeras divergências e posicionamentos de vários doutrinadores em se tratando das obrigações de pagar determinada quantia relacionada a sua classificação no tocante ao direito das obrigações. Nota-se que existe uma superioridade nas classificações das dívidas que circundam o dinheiro, tendo como resultado que, na maioria dos casos o dinheiro seja considerado parte das obrigações de dar, em que pese nem sempre evidenciar de forma límpida e cristalina sua especificidade seja de coisa certa ou incerta, mesmo porque tal classificação inexistente no código civil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente à dissonância do tema a doutrina acaba por representar recurso para casos que envolvem prestação pecuniária no tocante às obrigações de dar, seja coisa certa ou coisa incerta. Referida questão deveria e merecia estar disciplinada no código civil, frente a sua inércia que

acaba por acarretar insegurança para o meio jurídico, posto que, dessa maneira credores requerem de devedores o direito que lhes assistem de receber dívidas, mas sem respaldo e amparo na lei material no tocante a sua classificação sendo que por referido motivo as obrigações de pagar quantia necessitam ser abordadas de maneira livre dependendo do caso concreto.

Destaca-se que, dos pontos de maior relevância da área em comento diz respeito à distinção do objeto, visto que, para o cumprimento desse ônus em dinheiro deverá ser determinado. Importante ressaltar que, no momento desta escolha, é que se aperfeiçoa a obrigação e as regras inerentes à obrigação de dar coisa certa são as que passam a controlar a relação existente entre credor e devedor, porém sem constar classificação expressa no código civil em relação às obrigações pecuniárias

Nota-se ainda que os tribunais não oscilam em empregar a expressão “obrigação de dar” mesmo com a falta de tal classificação em nosso código civil.

Em contrapartida o código de processo civil trabalha a execução para a entrega de coisa certa e incerta (Art. 806 ao 813 e 824 ao 826) sem averiguar a lei civil, pois caso ocorresse suposta análise no código civil, não acarretaria a execução do devedor insolvente. Ressalta-se ainda que o código de processo civil apresenta maior especificidade, posto que menciona de maneira clara a obrigação de pagar quantia certa e a sua execução. Dessa maneira alguns doutrinadores consideram ser plausível que ocorra um alinhamento e harmonia entre referidos instrumentos normativos.

Desta forma, por mais que a classificação dos diretos obrigacionais de solver dívidas em dinheiro inexista no código civil, permite-se levar em consideração o que grande parcela dos doutrinadores explicita concluindo-se que o dinheiro não pode ser tratado como “coisa” pois caso os devedores entrem em falência sem culpa não poderiam ser submetidos e obrigados a extinguir a dívida pendente.

Notadamente para alguns doutrinadores o dinheiro se classifica como coisa incerta para fins da lei, posto que é determinado através de seu gênero e quantidade, entretanto, insta salientar a total discrepância de sua exclusividade visto que, coisa incerta não coloca o dinheiro como elemento exclusivo e caso seja coisa certa a extinção do ônus sem culpa do devedor acaba extinguindo a obrigação, por fim caso ocorra culpa do devedor ele responderá ainda por perdas e danos.

OBLIGATION TO PAY AMOUNT LINKED TO RIGHT OF DUTIES

ABSTRACT

Through this study, the obligation to pay amounts related to the law of obligations is elucidated. The purpose of this study is to analyze the obligations to pay money based on their legal nature, ascertaining whether the money can be treated as a "thing", as well as its current identification. The concepts are presented based on analyzes of the normative sources on the subject, as well as their unfolding in order to develop persecution as to the correct and appropriate distinction between right and uncertain thing. It is important to present the ways of paying money in the various obligatory relationships and also to demonstrate that legal certainty in the event of default in relation to some obligation can be reaffirmed. It was tried to demonstrate the importance of pecuniary obligations to the patrimonial environment of each person and the social conditions perceived nowadays. The problem that involves the obligations of solving debts in cash demonstrates an inestimable magnitude with regard to the social and patrimonial relations of creditor and debtor. Thus, it can be said that pecuniary obligations play a fundamental role in the realization of the individual assets, as well as in the legal system of the country. The study was carried out through an explanatory and comparative bibliographic review, a qualitative approach and an exploratory research method.

Keywords: Right. Compulsory Relationship. Pecuniary Obligation.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. *Direito Romano: direito das obrigações*. São Paulo: Forense, 1999.
- AZEVEDO, Á. V. *Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BITTAR, C. A. *Direito das obrigações*. Rio de Janeiro: Ed. 2004. Forense Universitária
- BRASIL. *Código Civil e Código de Processo Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- _____. *Conselho da Justiça Federal*. 2002. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/277>>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- _____. *Superior Tribunal de Justiça*. 2010. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/17441017/eresp-978651>>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- CARVALHO, I. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações*. Curitiba: Juruá, Revista atualizada; V. 2.
- COELHO, F. *Ulhoa Curso de direito civil: parte geral, volume*. São Paulo: Saraiva, 2012. 1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.
- COSTA, E. L. F. *História do Direito: de Roma à história do povo hebreu muçulmano: a evolução do direito antigo à compreensão do pensamento jurídico contemporânea*. Belém: Unama, 2007.
- COSTA, M. J. A. *Direito das obrigações*. 12. ed. Editora: Almedina, 2009.
- DINIZ, M. H. *Curso de direito civil brasileiro: Teoria Geral das Obrigações*. 22. ed. São Paulo: Saraiva. 2003.
- _____. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações: volume 2 °*. Revista e atualizada de acordo com a Reforma do CPC. 22.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.
- _____. *Curso de direito civil brasileiro, volume 4°: direito das coisas*. 22. ed. revista e atualizada de acordo com a reforma do CPC. São Paulo: Saraiva: 2007.
- DUQUE, B. L. *Análise histórica do direito das obrigações*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1445, 16 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10030>>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. *Direito das Obrigações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GAGLIANO, P. S, PAMPLONA FILHO, R. *Manual de direito civil*; volume único. 2 ed. 2018.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, O. *Obrigações*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, p. 55.

GONÇALVES, C. R. *Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direito Civil Brasileiro: Volume 2. Teoria Geral das Obrigações*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

LISBOA, R. S. *Manual elementar de direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MARINONI, L. G. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2008.

MIRANDA, M. B. *Teoria Geral das Obrigações*. Revista Virtual Direito Brasil – Volume 2 – nº 1 – 2008

MONTEIRO, W. B. *Curso de Direito Civil. Direito das Obrigações: I parte*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PEREIRA, C. M. S. *Obrigações e contratos*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *Teoria Geral das Obrigações*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

RODRIGUES, S. *Direito civil*, volume 6. São Paulo: Saraiva, 28.ed. - 2006.

TARTUCE, F. *Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 3 ed. Vol. 2, 2008.

_____. *Manual de Direito Civil*. 4. ed. São Paulo: Método, 2014.

VENOSA, S. *Código Civil Interpretado*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

VENOSA, S. *Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.